

**Brasília-DF, 27 de março de 2025**

## Centrais sindicais pedem isenção de Imposto de Renda sobre PLR

*Ministro Haddad explicou reforma do IR a representantes de entidades*



© GRACCHO/ASCOM/SGPR

Além de elevar a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, a reforma do Imposto de Renda (IR) deve isentar a participação nos lucros ou resultados (PLR), defenderam representantes de centrais sindicais e de movimentos sociais.

Eles se reuniram na noite desta terça-feira (25) com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo, no Palácio do Planalto.

No encontro, Haddad explicou a proposta de reforma do Imposto de Renda enviada na semana passada ao Congresso Nacional. O ministro também pediu apoio das centrais ao projeto de lei.

Atualmente, a PLR de até R\$ 7.640 é isenta de Imposto de Renda. Acima desse valor, incide a tabela progressiva de 7,5% a 27,5%. Pela proposta dos sindicatos, o Imposto de Renda deixaria de incidir sobre qualquer valor.

As centrais sindicais fizeram outros pedidos. As entidades querem incluir nas deduções do Imposto de Renda despesas com certificação e qualificação profissional em tecnologia da informação.

Segundo as entidades, o setor é importante para o desenvolvimento do país e tem a previsão de empregar 800 mil pessoas nos próximos anos.

Haddad não concedeu entrevista à imprensa após o encontro. A Secretaria-Geral da Presidência da República publicou informações sobre a reunião e quais entidades participaram do encontro.

O ministro Márcio Macêdo e representantes dos movimentos sociais destacaram a importância do diálogo e da reforma do Imposto de Renda para o

combate às desigualdades sociais no país, conforme material divulgado.

Fonte: Agência Brasil

## Diálogos DIAP: Nova Central debate demandas dos trabalhadores no Congresso



O presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Moacyr Auersvald, participou, nesta terça-feira (25), da edição 2025 do Diálogos DIAP, evento que reúne importantes especialistas, parlamentares, lideranças e movimento sindical para debater os desafios dos trabalhadores e a construção da agenda legislativa no Congresso.

Realizado em parceria com as entidades filiadas ao DIAP, o encontro ocorreu até esta quarta-feira (26) no Sindicato dos Bancários de Brasília, de forma híbrida.

Na abertura, os dirigentes foram unânimes no reforço da união, do fortalecimento do movimento sindical e criação de uma forma de custeio para reverter o processo de destruição.

Dentre os temas que estão sendo debatidos no evento ao longo dos 2 dias de debates, a programação inclui: Análise da Conjuntura Política; Reforma Sindical: perspectivas e desafios; Estado, Estatais e os Servidores Públicos; e Construção da Agenda Legislativa 2025.

O evento ocorre em momento decisivo para o País, com novos líderes no Congresso Nacional e muitos desafios à frente.

### Primeiro dia do Diálogos DIAP

A mesa de abertura do primeiro dia do Diálogos DIAP reuniu representantes das centrais sindicais para

**Brasília-DF, 27 de março de 2025**

avaliar a conjuntura política e a agenda dos trabalhadores.

As lideranças destacaram a importância da unicidade sindical para enfrentar os desafios e para fazer avançar a pauta sindical no Congresso Nacional.



O primeiro painel abordou a conjuntura política, com palestras do advogado e ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, e do consultor político e mestre em Políticas Públicas, Antônio Augusto de Queiroz.

No segundo painel do evento, que debateu o tema "Reforma Sindical: perspectivas e desafios", estiveram em destaque as mudanças nas relações de trabalho, a necessidade de fortalecer a negociação coletiva e a proposta de autorregulação das organizações sindicais.

Fizeram parte do debate o deputado federal Luiz Gastão (CE); o sociólogo e coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, Clemente Ganz; o advogado e integrante do corpo técnico do DIAP, José Eymard; e o presidente na Nova Central (NCST), Moacyr Auersvald.

O debate foi uma oportunidade para discutir os impactos da reforma sindical, suas possíveis consequências para os trabalhadores e as alternativas para fortalecer a representação sindical no Brasil. A mediação do presidente da Nova Central foi fundamental para a condução do debate, permitindo uma análise aprofundada sobre as perspectivas da reforma, os desafios que ela impõe aos sindicatos e as estratégias para garantir que a classe trabalhadora continue a ter uma representação forte e unificada.

"A Nova Central defende uma reforma sindical que promova transparência, inclusão e fortalecimento das entidades sindicais, ao mesmo tempo em que garanta que a luta dos trabalhadores seja a principal diretriz do movimento sindical. O nosso desafio, enquanto movimento, é garantir que esse processo seja inclusivo, justo e sustentável para todos os

trabalhadores. Por isso, vamos seguir firme na defesa de um sindicalismo forte, unido e democrático, e sabemos que, com o apoio de todos vocês, podemos avançar nessa luta", enfatizou o presidente na Nova Central.

O terceiro painel abordou O Estado, as Estatais e os Servidores Públicos, com debate sobre gestão de pessoas no serviço público, o papel e os desafios das estatais no Brasil e a importância de valorizar o que é público.

Participaram como expositores o secretário de Gestão de Pessoas do MGI, José Celso Cardoso Jr.; o advogado e consultor técnico do DIAP, Luiz Alberto dos Santos; e a ex-presidente da Caixa e consultora técnica do DIAP, Rita Serrano; com mediação do diretor do Conselho Fiscal do DIAP, Roni Oliveira.  
*Com informações do DIAP*

Fonte: NCST

## **Por unanimidade, 1ª Turma do STF torna réus Bolsonaro e aliados por tentativa de golpe de Estado**

*Julgamento histórico reconhece trama golpista entre 2021 e 2023 e transforma ex-presidente e sete aliados em réus por ataques à democracia*



Jair Bolsonaro (Foto: Gustavo Moreno)

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou, nesta quarta-feira (26), a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete de seus principais aliados. Com isso, todos passam à condição de réus por crimes relacionados à tentativa de golpe de Estado.

A decisão representa um marco no enfrentamento institucional à escalada autoritária que culminou nos ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, e foi tomada após intensos debates na Corte. A



Brasília-DF, 27 de março de 2025

ministra Cármen Lúcia, decana da Primeira Turma, proferiu um dos votos mais contundentes, ao afirmar que "ditadura mata, ditadura vive da morte, não apenas da sociedade, da democracia, mas de seres humanos de carne e osso".

Ela também destacou a necessidade de analisar os atos do 8 de janeiro como resultado de uma sequência orquestrada de ações antidemocráticas: "o que é preciso é desenrolar do dia 8 para trás, para chegarmos a esta máquina que tentou desmontar a democracia, porque isso é fato", afirmou a ministra.

O julgamento ganhou maioria com o voto do ministro Luiz Fux, que acompanhou os colegas Alexandre de Moraes e Flávio Dino. Fux rebateu a alegação das defesas de que a denúncia da PGR seria inepta: "dizer que o professor Paulo Gonet elaborou uma denúncia inepta, imagina falar uma coisa dessas". O ministro ainda frisou a importância do aprofundamento das investigações: "eu preciso receber a denúncia para que eu possa aprofundar as denúncias".

Réus por cinco crimes - Os oito denunciados responderão formalmente pelos seguintes crimes:

- Organização criminosa armada
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito
- Tentativa de golpe de Estado
- Dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio público
- Deterioração do patrimônio tombado

Além de Bolsonaro, tornam-se réus:

- Alexandre Ramagem (PL-RJ), deputado federal e ex-diretor da Abin
- Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha
- Anderson Torres, ex-ministro da Justiça
- General Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional
- Tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e já colaborador da Justiça
- General Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa
- General Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil

Segundo a denúncia do procurador-geral da República, Paulo Gonet, os acusados atuaram de forma articulada entre 2021 e 2023 com o objetivo de minar a confiança nas eleições, difundir desinformação e criar um ambiente favorável à ruptura institucional. O plano previa impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e se materializou nos atos violentos de 8 de janeiro.

Fonte: Brasil247

## Governo eleva teto de juros do empréstimo consignado do INSS para 1,85% ao mês

*O novo teto passará a valer cinco dias úteis após a publicação da decisão no Diário Oficial da União*



O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou nesta terça-feira a elevação do teto de juros do crédito consignado para pensionistas e aposentados do INSS de 1,80% para 1,85% ao mês, limite ainda abaixo do reivindicado pelas instituições financeiras.

Os bancos defendiam a elevação do teto para 1,99%, segundo proposta apresentada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) ao conselho. O argumento é que juros abaixo desse patamar são insuficientes para assegurar a rentabilidade das operações diante do ciclo de alta da taxa Selic pelo Banco Central.

A proposta de elevação do teto para 1,85% foi feita pelo representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no conselho, Helio Queiroz da Silva, e acatada pelo ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, — que defendia inicialmente a manutenção da taxa — sendo em seguida aprovada pelo conselho.

Lupi disse que o novo teto tem "razoabilidade". "Já teve dois aumentos da Selic, já foi anunciado mais um, até menor. Se a gente aguardar o terceiro aumento, (o impacto) pode ser muito maior, inclusive do próprio aposentado e o pensionista. Quando a gente começa a dar agora, dilui um pouco esse impacto futuro", afirmou.

O CNPS reduziu gradativamente o teto de juros para os empréstimos com desconto em folha a beneficiários do INSS de 1,91% em agosto de 2023 para 1,66% em junho de 2024 e manteve o limite inalterado até janeiro, quando o elevou a 1,80%.

O BC aumentou a taxa Selic em 3,75 ponto percentual desde setembro para 14,25%, o maior nível em mais



Brasília-DF, 27 de março de 2025

de oito anos, e indicou um ajuste de menor magnitude para a sua próxima reunião de política monetária, em maio.

Ao defender o aumento maior do teto, o diretor da Febraban Ivo Mósca, representante do setor bancário no conselho, argumentou que o aperto da Selic pelo BC tem reduzido a margem de lucro das operações. "Isso acaba refletindo em custo de captação", disse.

Sobre a expectativa do setor bancário em relação a novos aumentos do teto dos juros à frente, Mósca disse que é preciso aguardar as projeções dos movimentos da taxa básica de juros. "(Precisamos) entender como vai ser o comportamento do DI (Depósito Interbancário) futuro, que, na verdade, é o que importa para a taxa de captação das empresas".

O novo teto passará a valer cinco dias úteis após a publicação da decisão no Diário Oficial da União.

Fonte: Reuters

## Saúde mental no trabalho em pauta: Conferência Nacional reúne trabalhadores para garantir direitos e propor mudanças

*Evento híbrido, marcado para 1º de abril de 2025, visa fortalecer a saúde mental como direito humano e eleger representantes para a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador*



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) convida todas as trabalhadoras e trabalhadores a participarem da **Conferência Livre Nacional de Saúde Mental e Trabalho (CLNSMT)**, que ocorrerá no dia **1º de abril de 2025**, em formato híbrido (presencial e online). O evento, que será realizado na **Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília**, tem como objetivo central debater a **saúde mental dos trabalhadores como um direito humano**, tema de grande relevância para a classe trabalhadora.

A CLNSMT é uma etapa preparatória para a **5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e**

**da Trabalhadora (5ª CNSTT)**, que acontecerá em agosto de 2025. Durante o evento serão deliberadas diretrizes e propostas para os três eixos temáticos da 5ª CNSTT, além da eleição de delegados que representarão os trabalhadores na etapa nacional.

O presidente da CNTI, **José Reginaldo Inácio**, reforça a importância da participação dos trabalhadores nessas discussões: "Esta conferência é um espaço fundamental para discutirmos a saúde mental no ambiente de trabalho, um tema que impacta diretamente a qualidade de vida de milhões de brasileiros. Precisamos unir forças para garantir que a saúde mental seja tratada como um direito humano inegociável. É de fundamental importância a participação e o engajamento de todos para fortalecer essa luta!"

### Objetivos do Evento:

- **Elaborar diretrizes e propostas** para os eixos temáticos da etapa nacional da 5ª CNSTT, a ser realizada em Brasília/DF, nos **dias 18 a 21 de agosto de 2025**.

- **Eleger delegados** que representarão os trabalhadores na etapa nacional da conferência.

### Como Participar:

As inscrições estão abertas até **31 de março de 2025** e podem ser feitas através do link:

<https://forms.gle/yxku9cpgXfDP2jdV7>.

### Serviço:

**Conferência Livre Nacional de Saúde Mental e Trabalho (CLNSMT)**

**Data:** 1º de abril de 2025

**Horário:** 8h às 18h

**Local:** Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF

**Formato:** Híbrido (presencial e online)

**Inscrições:** Até 31 de março de 2025

Para mais informações, entre em contato com a Comissão Organizadora pelo e-mail: [conflivresaudementaltrabalho@gmail.com](mailto:conflivresaudementaltrabalho@gmail.com)

**Não fique de fora deste importante debate! Sua participação é essencial para fortalecer a luta pelos direitos das trabalhadoras e trabalhadores do Brasil.**

Assessoria de Comunicação da CNTI